



Piauí participará da mobilização para erradicar o subregistro

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 800 mil crianças deixaram de ser registradas no prazo legal, em 2002. A maioria situada nas regiões Norte e Nordeste e oriundas de lares em que os pais se encontram em situação de pobreza e analfabetismo. Essas crianças passam a engrossar o contingente dos brasileiros em situação de exclusão total.

Para resolver essa situação, foi desencadeado um movimento com base no Projeto Mobilização Nacional para o Registro Civil de Nascimento, alicerçado em um intenso esforço de articulação de órgãos nos três níveis administrativos do Estado, nos diversos poderes da República e junto às entidades não governamentais. No âmbito da União, 54 instituições integraram a Comissão articuladora da mobilização e todas as 27 Unidades da Federação aderiram a essa causa e formaram suas comissões de organização das ações de mobilização.

Nesse sentido, o movimento de Mobilização Nacional para o Registro Civil de Nascimento estabeleceu um conjunto de objetivos para orientar as ações a serem desenvolvidas nessa área. Esses objetivos foram programados para serem atingidos em curto, médio e longo prazos. Os de curto prazo, que foram integralmente atingidos, estavam voltados à organização de um dia nacional de mobilização para o registro civil de nascimento, em outubro de 2003 (veja quadro).

Os de médio prazo são o lançamento do Plano Nacional de Erradicação do Sub-registro e a introdução de rotinas de sensibilização e orientação para o registro civil de nascimento nos programas e ações de governo. Os de longo prazo, que serão atingidos até o final de 2006, referem-se à erradicação do sub-registro no Brasil.

Pacto pelo registro civil de nascimento

Todos os organismos empenhados em auxiliar na organização dessa campanha firmaram um pacto



Mutirão do Registro de Nascimento

para efetivar a divulgação dos materiais produzidos, além de cooperarem em ações de capacitação de agentes dessa mobilização e desenvolverem ações continuadas de sensibilização e mobilização sociais para o fortalecimento do sistema brasileiro de registro civil.

Além dessas ações, serão promovidas mobilizações buscando a revisão da legislação aplicada hoje no País para facilitar o acesso da população ao registro de nascimento nas maternidades de modo a promover o acesso a esses serviços, disponibilizar serviços de notificação de denúncias sobre o descumprimento da legislação e fortalecer os órgãos de fiscalização e de controle social, além de se criarem condições especiais de atendimento à população rural, às comunidades quilombolas, aos assentamentos, às populações ribeirinhas e indígenas.

A primeira etapa desse caminho, já percorrida, foi muito bem sucedida. "Conseguiu-se, com base nas atividades de mobilização e articulação, sensibilizar segmentos sociais, integrar essa ação junto a diversas políticas públicas e, em

parceria com os governos estaduais, colocar para o debate público a importância do direito ao nome e sobrenome, juridicamente atestado", comemora a coordenadora do Projeto Leilah Leonardo, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Segundo ela, foram feitos cerca de 40 mil registros de nascimento durante o primeiro Dia de Mobilização para o Registro Civil, ocorrido no dia 25 de outubro do ano passado e "o assunto foi colocado definitivamente na agenda política nacional".

Na elaboração desse projeto, foram consultadas cerca de 200 organizações comprometidas com a mobilização e envolvida toda a sociedade, em consulta pública. O plano foi validado em encontro com a participação de cerca de 100 órgãos e entidades, envolvendo as Corregedorias Gerais de Justiça, o Ministério Público, as Defensorias Públicas, as Assembleias Legislativas, as secretarias estaduais apontadas como órgãos focais para essa mobilização pelos governadores de Estado, os órgãos delegados de registro civil de nascimento e as organizações que compõem o Grupo de Trabalho Nacional, Ministérios e Secretarias Especiais, Empresas Públicas, Conselhos, Associações e Agências nacionais, Fundações, Institutos, Entidades não-governamentais de âmbito nacional e organismos internacionais.

Para este ano, está agendado o evento de mobilização social que ocorrerá, no dia 6 de agosto de 2004, e que será a mobilização de trabalhadores e trabalhadoras rurais para o registro civil e, na sua programação, estão comprometidos todos os órgãos apontados em 2003, pelos governadores de Estado e do Distrito Federal. Dentre esses, destacam-se os principais movimentos sociais de organização desse segmento populacional como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura.

Programa beneficia famílias chefiadas por mulheres

A Secretaria de Assistência Social (Sasc) está desenvolvendo programa que beneficia famílias chefiadas por mulheres em idade laboral, com renda inferior a dois salários mínimos, preferencialmente, as atendidas por programas federais como o Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), PAC Família (Programa de Atenção à Criança) e Fome Zero.

De acordo com a secretária Rosângela Sousa, da Sasc, os benefícios são decorrentes do projeto Economia Solidária, desenvolvido com o objetivo de gerar renda familiar através da formação de grupos de produção e comercialização, quando os cadastrados recebem recursos financeiros e capacitação gerencial para a formação dos núcleos de produção e comercialização.

Funcionamento - As mulheres beneficiadas pelo projeto formarão um Grupo Produtivo de 10 pessoas, recebendo cada uma dessas mulheres recurso financeiro no valor de R\$ 500,00, totalizando investimento de R\$ 5 mil para o grupo que definirá a atividade produtiva que irá trabalhar de forma solidária.

Rosângela Sousa afirma que a Sasc fará o repasse dos recursos financeiros para os grupos produtivos e



Mutirão do Registro de Nascimento

participa da seleção de mulheres e no desenvolvimento das ações, coordenando e monitorando ainda o Projeto Economia Solidária em todo os municípios piauienses.

A secretária disse ainda que podem colaborar com o Economia Solidária as organizações governamentais e

não-governamentais, contribuindo no processo de financiamento, execução e fiscalização dos grupos de produção e comercialização e no processo de avaliação das atividades realizadas.

Rosângela Sousa acrescenta que o Economia Solidária objetiva criar grupos de produção, inicialmente nos municípios piauienses, sendo que na primeira etapa está beneficiando mulheres chefes de família, e seu raio de ação se amplia quando passa a incentivar a melhoria da qualidade produtiva e comercialização dos artigos; além de fomentar a implantação de associações produtivas e cooperativas.

O Projeto Economia Solidária desenvolvido pelo Governo do Piauí através da Sasc, que já beneficia grupos de produção formados por mulheres em idade laboral em mais de 100 cidades, tem como parceiros a Caixa Econômica Federal, Correios, Conselhos de Assistência Social, Delegacia Regional do Trabalho, Fome Zero, Fundação Padre Hermínio, Instituto Civitas, Sebrae/PI, Prodart, secretarias municipais de Assistência Social, Seplan/PI, ASA e Secretaria do Trabalho e Renda (Setar).